

SIMULADO TEMÁTICO

Lei de Abuso de Autoridade



INTRODUÇÃO:

Prezados alunos, este mini simulado contém **acerca da Lei de Abuso** e visa prepará-los para o tão esperado dia da prova.

O presente simulado faz parte do programa de Mentoria do Canal Carreiras Policiais e, ao final das questões, trazemos o gabarito e os comentários de cada alternativa.

Vamos ao treino prático?

QUESTÕES INÉDITAS

QUESTÃO 1

O conceito de agente público para fins da Lei de Abuso de Autoridade abrange apenas os servidores públicos concursados, excluindo aqueles que exercem função transitoriamente ou sem remuneração.

() Certo () Errado

QUESTÃO 2

Para a configuração dos crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exige-se uma finalidade específica de agir, como prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

() Certo () Errado

QUESTÃO 3

A Lei de Abuso de Autoridade permite a criminalização da atividade de interpretação das normas jurídicas pelo agente público, uma vez que a divergência na avaliação de fatos e provas pode configurar o abuso.

() Certo () Errado

QUESTÃO 4

Os crimes previstos na nova Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

() Certo () Errado

QUESTÃO 5

A perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade.

() Certo () Errado

QUESTÃO 6

O crime de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais é punido com pena de reclusão.

() Certo () Errado

QUESTÃO 7

A condução coercitiva do investigado ou do réu para interrogatório no âmbito da investigação ou da ação penal é uma medida permitida pela nova Lei de Abuso de Autoridade, desde que haja prévia intimação.

() Certo () Errado

QUESTÃO 8

A comunicação da prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada deve ser feita imediatamente, sob pena de crime de abuso de autoridade.

Certo Errado

QUESTÃO 9

Constranger o preso ou detento a exibir-se à curiosidade pública, mesmo que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, configura o crime previsto no Art. 13 da Lei de Abuso de Autoridade.

Certo Errado

QUESTÃO 10

É crime de abuso de autoridade constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

Certo Errado

QUESTÃO 11

A lei de Abuso de Autoridade exige que o agente público se identifique ao preso por ocasião da captura ou interrogatório, mas não tipifica como crime a atribuição de falsa identidade, cargo ou função durante o interrogatório.

Certo Errado

QUESTÃO 12

A submissão do preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno é crime de abuso de autoridade, não havendo exceções para essa regra.

Certo Errado

QUESTÃO 13

Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão constitui crime de abuso de autoridade.

Certo Errado

QUESTÃO 14

Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado, ou do réu solto ou investigado com seu patrono antes de audiência judicial, configura crime de abuso de autoridade.

Certo Errado

QUESTÃO 15

Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento é crime de abuso de autoridade, mas a manutenção de criança ou adolescente na companhia de maior de idade na mesma cela não é.

Certo Errado

QUESTÃO 16

Não haverá crime de violação de domicílio, nos termos da Lei de Abuso de Autoridade, se o ingresso for para prestar socorro ou em situação de flagrante delito, mesmo que não haja determinação judicial.

Certo Errado

QUESTÃO 17

O crime de inovar artificialmente, no curso de diligência, investigação ou processo, o estado

de lugar, coisa ou pessoa, previsto na Lei de Abuso de Autoridade, visa apenas eximir o agente de responsabilidade.

Certo Errado

QUESTÃO 18

Fazer uso de prova manifestamente ilícita em desfavor do investigado ou fiscalizado, com prévio conhecimento de sua ilicitude, é crime de abuso de autoridade.

Certo Errado

QUESTÃO 19

Requisitar ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa sem qualquer indício da prática de ilícito não configura crime de abuso de autoridade se o responsável pela investigação for membro do Ministério Público.

Certo Errado

QUESTÃO 20

O responsável pelas investigações que antecipar atribuição de culpa por meio de comunicação, inclusive rede social, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, comete crime de abuso de autoridade.

Certo Errado

**COMENTÁRIO DAS
QUESTÕES INÉDITAS**

QUESTÃO 1

O conceito de agente público para fins da Lei de Abuso de Autoridade abrange apenas os servidores públicos concursados, excluindo aqueles que exercem função transitoriamente ou sem remuneração.

Certo Errado

Comentário: A Lei de Abuso de Autoridade adota um conceito *amplo* de agente público. Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pela lei. A questão restringe indevidamente o alcance da norma, tornando a afirmação incorreta.

QUESTÃO 2

Para a configuração dos crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exige-se uma finalidade específica de agir, como prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

Certo Errado

Comentário: Esta afirmação é a transcrição fiel da exigência legal. Esta finalidade específica de agir é um elemento subjetivo especial, *além do dolo* de praticar a conduta, sendo essencial para a configuração do crime.

QUESTÃO 3

A Lei de Abuso de Autoridade permite a criminalização da atividade de interpretação das normas jurídicas pelo agente público, uma vez que a divergência na avaliação de fatos e provas pode configurar o abuso.

Certo Errado

Comentário: A lei é expressa ao estabelecer que "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas *não configura abuso de autoridade*". Esta disposição visa resguardar a atividade interpretativa do agente, evitando a criminalização de erros de julgamento ou de meras divergências hermenêuticas.

QUESTÃO 4

Os crimes previstos na nova Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública condicionada à representação da vítima.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei é categórica ao afirmar que "Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública *incondicionada*". A incondicionalidade significa que a persecução penal pode ser iniciada pelo Ministério Público independentemente da vontade da vítima.

QUESTÃO 5

A perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei é precisa ao afirmar que os efeitos de inabilitação e perda do cargo "não são automáticos". Além disso, eles são "condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade" e "devendo ser declarados motivadamente na sentença".

QUESTÃO 6

O crime de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com

as hipóteses legais é punido com pena de reclusão.

Comentário: A lei estabelece que a pena para essa conduta é de "detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa". A pena de detenção é menos grave que a de reclusão, sendo importante a distinção literal.

QUESTÃO 7

A condução coercitiva do investigado ou do réu para interrogatório no âmbito da investigação ou da ação penal é uma medida permitida pela nova Lei de Abuso de Autoridade, desde que haja prévia intimação.

() Certo (X) Errado

Comentário: O Supremo Tribunal Federal já firmou entendimento no sentido de que não é possível a condução coercitiva do investigado ou do réu para interrogatório no âmbito da investigação ou da ação penal. Embora a lei tipifique a condução descabida ou sem prévia intimação, a jurisprudência superior já vedou a condução coercitiva para interrogatório, tornando a afirmativa falsa em sua totalidade.

QUESTÃO 8

A comunicação da prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada deve ser feita imediatamente, sob pena de crime de abuso de autoridade.

(X) Certo () Errado

Comentário: A lei prevê como crime de abuso de autoridade aquele que "deixa de comunicar, *imediatamente*, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada".

QUESTÃO 9

Constranger o preso ou detento a exibir-se à curiosidade pública, mesmo que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, configura o crime previsto no Art. 13 da Lei de Abuso de Autoridade.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei exige expressamente que o constrangimento ocorra "mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência". A ausência desses elementos torna a conduta atípica para o crime em questão.

QUESTÃO 10

É crime de abuso de autoridade constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

(X) Certo () Errado

Comentário: Esta afirmação é a literalidade do que preceitua a lei. A lei visa proteger o sigilo profissional, reconhecendo a importância de que certas informações permaneçam confidenciais.

QUESTÃO 11

A lei de Abuso de Autoridade exige que o agente público se identifique ao preso por ocasião da captura ou interrogatório, mas não tipifica como crime a atribuição de falsa identidade, cargo ou função durante o interrogatório.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei é clara ao incriminar não só o ato de "deixar de identificar-se" mas também o de "atribuir a si mesmo falsa identidade, cargo

ou função" no contexto de interrogatório investigatório.

QUESTÃO 12

A submissão do preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno é crime de abuso de autoridade, não havendo exceções para essa regra.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei prevê expressamente duas exceções para a submissão do preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno: "salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações". A ausência de exceções é que torna a afirmativa incorreta.

QUESTÃO 13

Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão constitui crime de abuso de autoridade.

(X) Certo () Errado

Comentário: A lei tipifica exatamente essa conduta. A lei protege o direito do preso de ter seus pleitos relacionados à sua custódia ou legalidade da prisão apreciados pela autoridade judiciária competente.

QUESTÃO 14

Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado, ou do réu solto ou investigado com seu patrono antes de audiência judicial, configura crime de abuso de autoridade.

(X) Certo () Errado

Comentário: Esta afirmação condiz com o que estabelece a lei. O direito à entrevista reservada é uma prerrogativa essencial da ampla defesa.

QUESTÃO 15

Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento é crime de abuso de autoridade, mas a manutenção de criança ou adolescente na companhia de maior de idade na mesma cela não é.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei criminaliza a manutenção de presos de ambos os sexos na mesma cela. Além disso, estende a mesma pena para quem "mantém, na mesma cela, criança ou adolescente na companhia de maior de idade ou em ambiente inadequado". A questão ignora a previsão expressa legal.

QUESTÃO 16

Não haverá crime de violação de domicílio, nos termos da Lei de Abuso de Autoridade, se o ingresso for para prestar socorro ou em situação de flagrante delito, mesmo que não haja determinação judicial.

(X) Certo () Errado

Comentário: A lei é explícita ao prever que "Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro, ou quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de situação de flagrante delito ou de desastre". Estas são as exceções constitucionais à inviolabilidade do domicílio, mantidas pela Lei.

QUESTÃO 17

O crime de inovar artificialmente, no curso de diligência, investigação ou processo, o estado de lugar, coisa ou pessoa, previsto na Lei de Abuso de Autoridade, visa apenas eximir o agente de responsabilidade.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei estabelece que o fim da conduta é "eximir-se de responsabilidade *ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade*". Além disso, inclui a finalidade de "omitir dados ou informações ou divulgar dados ou informações incompletos para desviar o curso da investigação". A restrição a "apenas eximir o agente de responsabilidade" torna a afirmativa incorreta.

QUESTÃO 18

Fazer uso de prova manifestamente ilícita em desfavor do investigado ou fiscalizado, com prévio conhecimento de sua ilicitude, é crime de abuso de autoridade.

(X) Certo () Errado

Comentário: A lei tipifica precisamente essa conduta: "Incorre na mesma pena quem faz uso de prova, em desfavor do investigado ou fiscalizado, com prévio conhecimento de sua ilicitude." A ilicitude da prova é um vício insanável no processo.

QUESTÃO 19

Requisitar ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa sem qualquer indício da prática de ilícito não configura crime de abuso de autoridade se o responsável pela investigação for membro do Ministério Público.

() Certo (X) Errado

Comentário: A lei criminaliza a conduta para "o agente público com poderes para requisitar a instauração de procedimento investigatório", sem fazer distinção em razão do cargo ou órgão (como membro do Ministério Público). A única ressalva é para "sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada", e não para a qualidade do agente.

QUESTÃO 20

O responsável pelas investigações que antecipar atribuição de culpa por meio de comunicação, inclusive rede social, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, comete crime de abuso de autoridade.

(X) Certo () Errado

Comentário: Esta afirmação é a literalidade do que prevê a lei. A norma visa proteger a presunção de inocência e a imagem do investigado ou acusado antes que as apurações sejam formalmente concluídas.